

APRESENTAÇÃO

PRESENTACIÓN

Escritor uruguaio de grande respeito em toda a América Latina, Eduardo Galeano nos faz lembrar que devemos recordar o passado, não para atar os pés do tempo presente, mas para que o presente caminhe livre de armadilhas, nos acautelando, assim, de suas maldições. Nessa perspectiva, a Revista Binacional Brasil-Argentina rememora os 50 anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-2014). Em se tratando de uma publicação binacional, a evocação da ditadura cívico-militar argentina (1976) soou quase que naturalmente, não por questão de periodicidade, mas por compor o mesmo cenário histórico latino-americano. Assim, este número foi pensado como um “dueto” envolvendo os dois processos.

Nessa (des) comemoração (antítese de desmemória), como processo emblemático de uma região na qual o autoritarismo é uma marca registrada desde os processos da Conquista, passando pela Colonização e adentrando-se à República, este número da RBBA tem por horizonte o pressuposto de que recordar e silenciar não é apenas exercício fortuito e casual, mas construído socialmente. Para lembrar a socióloga argentina Elizabeth Jelin, a pugna pela memória trata-se de uma luta por nomear e por interpretar o passado. E, nesse sentido, a relação entre as memórias e a história – e memórias não tão distantes como a dos dois fenômenos político-sociais que representaram as ditaduras brasileira e argentina – é duração, como o afirmou Jacques Le Goff: passado a um só tempo pensado também como presente.

Refletidos não como incidentes históricos, esses processos são pensados e repensados neste número da RBBA num *pool* de reflexões a partir de distintos enfoques e perspectivas. Quando rememoramos as ditaduras civil-militares disseminadas pela América Latina, e, mais detidamente, as do Cone Sul da região (Argentina, Uruguai, Chile, Brasil e Paraguai), entre as décadas de 1960-80, não há como não reportar a elementos e mecanismos “universais” de seu processo, o que nos faz afirmar que as “nossas memórias” não são só nossas (no sentido mais estrito do termo). Elas se entrecruzam na história. Nesse sentido, em artigo aqui publicado, intitulado “Dictadura terrorista del capital financiero en Argentina 1976-1983”, a professora e ex-presa política da ditadura argentina, Irma Antonazzi, questiona o conteúdo da memória coletiva acerca do processo histórico de seu país no que concerne à alternância e às recorrências entre “golpes militares” e “democracias”. Para ela, essa memória construída encobre os interesses materiais e subjetivos da oligarquia financeira que operou como direção

político-ideológica do golpe de estado de 1976 e cujo poder econômico se mantêm, ainda que em conflito, com o projeto de governo vitorioso nas eleições nacionais de 2003 e que continua com a presidente Cristina Fernández de Kirchner. Ao perguntar-se pelos sujeitos sociais, o artigo questiona o termo “ditadura militar” e “terrorismo de estado” e encontra uma nova definição para o mesmo.

Ainda no encaixo da memória histórica, a ex-militante política de movimentos clandestinos durante a ditadura civil-militar brasileira e professora de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Alexandrina Luz Conceição, enfoca o confronto memória-esquecimento no espaço do poder e o poder no espaço, a ideologia e as ressignificações dos lugares, no artigo intitulado “Ideologia, memória, esquecimento e as ressignificações dos lugares”. Suas reflexões consideram os lugares de memória como construção histórica de um processo que tem o Estado como coautor de mecanismos utilizados para apagar a memória, criar uma falsa consciência do real. Assim, refaz a função dos lugares na medida em que instrumentaliza ações para mascarar a realidade social e apagar o passado histórico, num processo em que a ideologia disfarça as marcas da memória na tentativa de esconder o real. Exemplo disso, a política de conciliação da anistia, no Brasil, tem forjado o apagamento das nossas memórias dos fatos ocorridos nos porões da ditadura militar.

Com o propósito de entender o *modus operandi* repressivo da ditadura brasileira, mais especificamente a suspeição e condenação dos que lutaram contra o regime ditatorial, a professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da UFBA, Lucileide Costa Cardoso, analisa documentos oriundos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, DEOPS. Nesse procedimento, a autora destaca, em seu artigo intitulado “Rastro de perseguição no DEOPS: trajetória, enquadramento na LSN e resistência de um historiador”, a trajetória política do ex-guerrilheiro e historiador, Daniel Arão Reis Filho, eminente exemplar da passagem de jovens que migraram da militância estudantil para a armada.

Algumas preocupações acerca do tema universidade e ditadura compõem, especialmente este número, preenchendo uma lacuna existente na literatura acerca. A primeira delas é levantada pela análise que a historiadora argentina Cecilia Gárgano faz da introdução de mecanismos repressivos num dos principais componentes do sistema argentino de ciência e tecnologia, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), cujo objetivo foi explorar práticas e discursos que acompanharam sua instrumentalização durante os anos precedentes à instauração da última ditadura civil-militar (1976-1983).

Buscando dar conta da política universitária empreendida pela autoproclamada "Revolução Argentina" de 1966-73, durante a fase da ditadura liderada por Juan Carlos Onganía, e precedente direto do último regime militar argentino, Natalia Vega, professora e membro do Centro de Estudios Interdisciplinarios del Litoral (CESIL) – UNL, expõe e problematiza estudo de caso focado em uma das 8 universidades públicas existentes no período: a Universidad Nacional del Litoral. O texto se mostra especialmente preocupado com a política

universitária – em particular o caso da UNL (Universidad Nacional del Litoral) –, durante o Onganiato, vista como privilegiadora dos aspectos relativos à “segurança” em detrimento do “desenvolvimento”.

Em “La universidad argentina durante la última dictadura: actitudes y trayectorias de los rectores civiles (1976-1983)”, a professora de História, mestre em Ciências Sociais e doutora em Antropologia Social, Laura Graciela Rodríguez, atenta para a figura dos reitores como peças-chave para a compreensão da participação civil na última ditadura em toda a sua complexidade. Nesse sentido, analisa trajetórias e atitudes de reitores civis de 26 estabelecimentos de ensino argentinos e sua relação com as políticas universitárias definidas pelos ministros de educação da nação. Surpreendentemente, desmitifica representações do senso comum, de que, durante os anos “escuros” da ditadura, as diferentes universidades argentinas estiveram “ocupadas” pelas forças de segurança, militares ou por pessoas alheias à vida universitária.

Ainda no campo das representações, o artigo intitulado “O anticomunismo do general Ferdinando de Carvalho no contexto da abertura política (1977-1978): uma (re) leitura de “os sete matizes do vermelho””, escrito pela pesquisadora e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, versa sobre a representação das políticas anticomunistas do Exército Brasileiro sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante os anos de 1964-1978. Nele, a autora identifica e trata dos dispositivos de representação do imaginário anticomunista, como ele se revestiu de simbologias, sobretudo pelas narrativas ficcionais, e o quanto representava setores conservadores e autoritários da época.

Dois olhares sobre a intervenção e o controle exercido pela ditadura argentina, em escala local (Universidad Nacional de Rosario). Em “La Universidad Nacional de Rosario durante la última dictadura militar argentina (1976-1983). Un acercamiento a los conflictos al interior de la gestión interventora”, Laura Luciani, docente das disciplinas de Historia da América e Historia y Problemática del Pensamiento Latinoamericano y Argentino, da mesma universidade sobre a qual escreve, analisa as estratégias de controle e disciplinamento estabelecidas, mostrando que geraram consequências não previstas. Entre elas as tensões no interior do grupo de servidores públicos e acadêmicos colaboradores da gestão. Apesar de não desestabilizar a ação de intervenção, esses conflitos marcaram as particularidades da Universidad Nacional de Rosario. Em “Disciplinamento, controle social e “ação psicológica” na ditadura argentina. Um olhar em escala local: Rosario, 1976-1981”, a historiadora da Universidad Nacional de Rosario, Argentina, Gabriela Águila, analisa os mecanismos de disciplinamento e controle social desenvolvidos pela ditadura militar de seu país nos primeiros anos (1976-81), com a pretensão de gerar atitudes de conformidade ou consenso entre diversos setores da sociedade, assim como impedir ou frear o surgimento de resistências sociais e políticas contra o regime. O faz magistralmente, sem perder de vista a centralidade da repressão como dispositivo disciplinador da sociedade, articulado em seus discursos e

políticas consonantes com o regime militar, mas centrado em outras dimensões e projeções no aspecto político, social e cultural.

Debatendo problemas relacionados ao papel dos intelectuais e à produção cultural durante a última ditadura militar na Argentina, Federico Iglesias, buenairense professor de História, visita a revista literária dos anos 60 e 70, *El Ornitorrinco*, tecendo reflexões acerca de questões que envolvem o fenômeno da "resistência cultural" ou "adaptação" de intelectuais e artistas durante o processo de censura e repressão do regime militar. Abordando o golpe de 1976 não como mero acidente de percurso da burguesia argentina, a doutoranda da UNICAMP (Brasil), Daniela Moura Rocha de Souza, enfoca, ademais da produção intelectual, acadêmica e artística e da censura imputada pelo Estado daquele país, aspectos econômicos, em escala mundial, que o delinearão no contexto do autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN).

Por fim, Manoel Reinaldo Silva Rego resenha o livro “Ousar lutar, ousar vencer: história da luta armada em Salvador (1969 – 1971)”, de autoria de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (Salvador, UFBA, 2013).

No dialético sentido dos artigos aqui publicados, as ditaduras não se deram por um estalo fortuito das instituições militares que, num surto repressivo, resolveram implementar atrozes regimes, produzindo profundos traumas sociais. Elas foram uma variante da violência de classe, imposta pelo Estado em favor da manutenção da dominação burguesa, manifestada em diversas dimensões. Não por acaso se deram em sequência por sobre quase todos os países da região. Seus diversos mecanismos respondiam à pedagogia do medo como forma de docilizar os corpos sociais (através da coerção física, psicológica, econômica...) que se contrapunham àquelas condições de vida. Assim, não podemos esquecer as diferenças entre as duas ditaduras sobre as quais os autores aqui se debruçaram. Enquanto a ditadura no Brasil (1964-85) fez uso pedagógico e regular da prisão e da tortura ao longo de sua existência, a ditadura argentina (1976-83) fez uso mais intenso da violência física com o objetivo de produzir uma paralisia social imediata. Nesse sentido, pensamos que a produção de memórias, constituídas e reproduzidas sistematicamente, diz respeito à perpetuação de aspectos-chave da constituição e da reprodução dos marcos da sociedade atual que devem ser revisitados por todos os que alimentam um senso crítico a respeito.

Os organizadores